

# **“Quebrando os velhos moldes, a era nova necessita de elementos para fortificar-se”. O advento da República e sua construção na imprensa cearense (1889-1892)**

## **“Breaking the old molds, the new era needs elements to fortify itself”. The advent of Brazilian Republic and its construction in Ceará press (1889-1892)**

**Gleudson Passos Cardoso**

Professor Associado do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Ceará.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE).

**Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE).

**Resumo:** No Ceará, durante os primeiros anos da República, grupos com culturas políticas distintas compartilhavam o mesmo espaço social. Por meio da imprensa, uma prática letrada, esses grupos compartilhavam com seus (e)leitores ideias, anseios e ações referentes à nova ordem em construção. Neste artigo, objetivamos perceber qual era o contexto político do Ceará no ano da proclamação da República e, principalmente, como distintas agremiações políticas, presentes na sociedade cearense, no recorte temporal de 1889 a 1892, construíram a república em seus jornais. Para isso, analisamos os jornais *Libertador*, *Cearense* e *O Estado do Ceará*, órgãos de imprensa de três distintas agremiações políticas cearenses. As reflexões teóricas que nos auxiliam na análise do nosso objeto de pesquisa estão inseridas no campo da História Cultural do Político.

**Palavras-chave:** Ceará; Imprensa; República.

**Abstract:** In the province of Ceará, during the early years of republican regime, groups with different political cultures shared the same social space. Through the press, a literate practice, these groups shared with their readers and voters ideas, anxieties and actions regarding the new order under construction. In this article, we aim to understand what was the political context of Ceará in the year of the Republic Proclamation and, mainly, how different political associations, present in Ceará society from 1889 to 1892, built the idea of republic in their newspapers. For this, we analyzed the newspapers *Libertador*, *Cearense* and *O Estado do Ceará*, press organs of three different political associations in Ceará. The theoretical reflections that help us in the analysis of our object are inserted in the field of Cultural History of the Political.

**Keywords:** Ceará; Press; Republic.

## Introdução

Com a proclamação da República no Brasil, o país buscava se organizar e configurar a nova ordem política. No Ceará daquele momento, durante a instalação da República, diferentes grupos políticos, compostos por antigos e novos agentes sociais, ligados ao novo regime ou aos extintos partidos monárquicos, recém-adeptos da nova forma de governo, travaram acirrada disputa em prol de se afirmarem como condutores dessa ordem política em construção. Esses grupos utilizaram a atividade de imprensa como forma de expressar as propostas de cada segmento político, travando verdadeira batalha no campo das *práticas letradas*,<sup>1</sup> a fim de mobilizar a população em torno dos seus ideais.

Observando o cenário político cearense que antecede a Proclamação da República, destacamos a existência de dois grandes grupos políticos que se revezavam no poder, orbitando em torno de quatro potentados familiares. Esses dois grupos surgiram da cisão dos partidos conservador e liberal na província do Ceará, durante as disputas pela administração do governo provincial. O partido conservador se dividiu entre “Miúdos” e “Graúdos”; e o liberal, entre “Paulas” e “Pompeus”. Após a cisão, houve a aproximação entre os grupos liberais e conservadores, ligando-se os “Miúdos” aos “Paulas” e os “Graúdos” aos “Pompeus” (MONTENEGRO, 1980: 41-43).

Porém, com o advento da República, em 1889, novos agentes sociais entravam em cena na vida pública (intelectuais, profissionais liberais, militares, clérigos). Na aliança entre intelectuais e militares, resultando na fundação do Centro Republicano Cearense (1889-1892), os antigos chefes políticos dos extintos partidos monárquicos foram suprimidos da condução do novo regime durante seus primeiros dias. Diante desse novo contexto, os ex-monarquistas foram rápidos em se adaptarem à nova ordem e fundaram novas agremiações políticas. A exemplo, citamos o Clube Democrático e a União Republicana, fundadas em 1890.

Em meio à disputa pela administração da República no Ceará, a imprensa foi utilizada como uma poderosa ferramenta, indispensável aos agentes letrados nesse momento de tensão. Por meio dos jornais e periódicos, esses agentes letrados compartilharam suas concepções sobre república, construindo em seus jornais uma ideia de república de acordo com os interesses de cada grupo.

A fim de perceber como a República foi sendo construída na imprensa cearense durante seus primeiros anos, utilizamos os jornais pertencentes às seguintes agremiações políticas: Centro Republicano Cearense (1889-1892), Clube Democrático (1890-1891) e União Republicana (1890-1892). Assim, constituímos como principais fontes os jornais *Libertador*, *Cearense* e *O Estado do Ceará*, respectivamente órgãos de imprensa das agremiações citadas.

Por pertencerem a grupos com ideias políticas distintas, os jornais manuseados nesta pesquisa nos possibilitaram uma maior compreensão sobre as *representações*<sup>2</sup> que cada grupo produzia a respeito da República e como esse novo regime foi imaginado e construído no campo das

1. “Trata-se do uso cotidiano praticado entre aqueles que detêm o exercício da escrita e da leitura, tanto pela afirmação e domínio desse instrumental sobre aqueles que não o têm quanto pela apropriação dessas ferramentas como formas de inserção e intervenção social, essas práticas são territórios de lutas, embates e disputas por exercício de poder e capital simbólicos” (CARDOSO, 2016:15).

2. “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas por interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990: 17).

práticas letradas no Ceará. Percebemos, a partir dessas fontes, a existência de *culturas políticas*<sup>3</sup> com diferentes referências de república, tais como positivista-centralizadora e moderada, que dividiam e disputavam o mesmo espaço social.

As renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos (DE LUCA *apud* PINSKY, 2014: 128).

Mais que forma de registro, a imprensa, enquanto prática letrada, também é uma ferramenta de inserção e intervenção social, configurando-se em território de lutas e disputas por exercício de poder e capital simbólico (CARDOSO, 2016: 15). Assim, percebemos os jornais e os periódicos como projetos coletivos, pois agregaram vários sujeitos que desfrutavam de valores, crenças, sentimentos e ideias que pretendiam difundir.

Considerando a conjuntura política brevemente apresentada, nos tópicos seguintes dissertamos a respeito do cenário político cearense do ano de 1889; o advento da República no Ceará; e as agremiações políticas cearenses que se destacaram no novo contexto político. Por fim, abordamos a construção da República nas páginas dos jornais *Libertador*, *Cearense* e *O Estado do Ceará*.

### **A província do Ceará e o ano de 1889**

Ao discutir o processo de queda da Monarquia e ascensão da República, buscamos compreender o contexto histórico no qual o Ceará estava inserido durante o ano de 1889, utilizando a imprensa como principal fonte. Entretanto, a documentação oficial e livros de memória também foram de grande importância para a análise do período.

Adentrando o cenário cearense do ano de 1889, o que inicialmente nos chamou atenção no manuseio da documentação histórica e da bibliografia utilizada na pesquisa foram as mazelas ocasionadas pela Seca dos Três Oitos, que assolaram a província em 1888. As edições dos primeiros meses dos jornais do ano seguinte destacavam em suas páginas iniciais a problemática da seca. Nos números do jornal *Cearense*, era comum encontrar notícias sobre os movimentos de migração durante a estiagem. Em um desses números, a notícia tratava do grande contingente de retirantes que partiam em navio para a região Norte.

O ano de 1889 inicia-se no Ceará com muitas queixas contra o presidente da província, Antônio Caio da Silva Prado, que esteve no exercício do poder durante o período de março de 1888 a maio de 1889. Como resultado da seca que atingia o território cearense, a migração era o assunto mais abordado pela imprensa local. Afetada pelas forças cegas da natureza e pelos crimes praticados pelo governo, a sociedade cearense não tinha entusiasmo pelo ano que se iniciava, mesmo sendo ele o centenário da “revolução grandiosa”.

---

3. Entendendo cultura política como: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009: 21).

A estiagem sempre foi apropriada como argumento dos conflitos políticos em diferentes momentos da história do Ceará, sendo utilizada como forma de ataque ao grupo que estivesse no poder. Os jornais dos grupos de oposição ao governo denunciavam a inabilidade da administração pública em amenizar o sofrimento que a seca causava à população. Para os opositoristas de Caio Prado, a província do Ceará sofria duas crises terríveis: uma produzida por fenômeno meteorológico, a seca, e outra de ordem governamental, a administração de Caio Prado.

Em âmbito nacional, no final de 1888, a ideia de uma ditadura militar, proclamando-se a República, que estava a se denunciar por toda parte, deixava o Império temeroso. O movimento republicano em Minas e Pernambuco contava com esforçados trabalhadores na luta pela democracia. Os monarquistas tinham notícia de que em Minas a república andava no sangue dos filhos daquela província. Em Pernambuco, a propaganda republicana pela imprensa prometia alcançar numerosas adesões. E, assim, o Império entrava em pânico. “Ah! Parece impossível conter a corrente, que se precipita do alto!” (CORRESPONDENCIA, 1889: 01).

Em uma fala do trono, publicada no número 99 do jornal *Cearense*, no dia 4 de maio de 1889, o Imperador abriu a quarta sessão da vigésima legislatura da “Assembléa Geral no dia 3 de Março de 1889” dizendo que o Império apresentava-se com situação interna próspera e tranquila, diferente da situação de pânico do final do ano de 1888, causada pela ameaça republicana. Segundo D. Pedro II, apesar da movimentação republicana, a população brasileira permanecia em ordem.

No Ceará, com a morte do senador Vicente Alves de Paula Pessoa, em 31 de março de 1889, iniciaram-se os trâmites eleitorais para o preenchimento da vaga deixada pelo senador Paula Pessoa, sendo marcado o dia da eleição para 20 de maio. Designada a data da eleição, os dois grupos políticos da província, Graúdos-Pompeus e Miúdos-Paulas, escolheram seus candidatos para concorrer à eleição senatorial. Alguns dos candidatos foram o Barão de Ibiapaba, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe e o Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, indicados pelos Graúdos-Pompeus. Já os Miúdos-Paulas recomendaram o Barão do Aquiraz, o Dr. Leandro Bezerra Monteiro e o Conselheiro Rodrigues Júnior para a disputa eleitoral.

Como já foi dito, esses dois grupos surgiram da cisão dos partidos conservador e liberal na província do Ceará. A partir da ruptura desses partidos, novos grupos se formaram. O partido conservador se dividiu entre Miúdos e Graúdos; e o liberal, entre Paulas e Pompeus. Após a cisão, houve a fusão entre os grupos liberais e conservadores, ligando-se os Miúdos aos Paulas e os Graúdos aos Pompeus.

[...] estes grupos tiveram até mesmo de superar seus traços personalistas e tirânicos para congratularem-se em torno de um único objetivo: o governo provincial, a máquina administrativa. Tendo em vista as disputas eleitorais de dezembro de 1887 para a formação das assembleias provinciais no ano seguinte, deu-se a união das famílias Pompeu e Freire, de um lado, e Paula e Vieira, de um outro; ou seja, liberais e conservadores uniram-se, [...] concomitante a união das facções, os jornais que as representavam também uniram-se na mesma causa, juntamente com suas violentas práticas políticas (CARDOSO, 2000: 31-32).

A eleição foi realizada ainda sob a administração de Caio Prado, e este não mediu esforços

para garantir a vitória de um dos candidatos da coligação Graúdos-Pompeus. Enquanto os conservadores estavam na administração do império, o Conselheiro Araripe era o favorito ao cargo. Porém, a mudança ministerial, a saída do partido conservador e a entrada dos liberais influenciaram o resultado da eleição senatorial do Ceará. Nogueira Accioly, liberal, da coligação Graúdos-Pompeus, conseguiu ser eleito para fazer parte da lista tríplice e foi escolhido pelo Imperador para ser senador da província do Ceará.

Cinco dias após a eleição, em 25 de maio de 1889, o presidente Caio Prado faleceu de febre amarela, aos 34 anos de idade. Seu falecimento foi divulgado no “Noticiário” do nº 118 do jornal *Cearense*. A morte do presidente foi abordada por outros jornais da província. O jornal *Constituição*, órgão conservador, dedicou uma página e meia em homenagem ao presidente. A matéria foi publicada no número 111, do dia 28 de maio de 1889, e fala sobre a importância do “moço paulista” para as províncias de São Paulo e do Ceará, além de relatar um pouco de sua trajetória acadêmica, sua carreira como jornalista, sua experiência política e idas à Europa. O jornal descreve-o como um herói e grande patriota, e declarou luto à pátria.

Com a morte do presidente da província, o primeiro vice-presidente, Barão de Ibiapaba, era quem por direito deveria assumir o cargo, mas ele não quis. Alegou que, antes da morte de Caio Prado, havia pedido exoneração do cargo.<sup>4</sup> Então, em 26 de maio de 1889, o segundo vice-presidente, o Exm. Sr. Desembargador Americo Militão de Freitas Guimarães, assumiu o governo da província do Ceará.

Segundo o jornal *Constituição*, órgão conservador que publicava as ações oficiais do governo, em seu número 112, de 30 de maio de 1889: “O ilustre Sr. Desembargador Freitas Guimarães é um espírito opulento, cultivado, affeito às lutas da vida publica e preparado para os grandes momentos da sociedade, em que vive e onde gosa de honrosissimo conceito”. O novo presidente do Ceará assumiu o governo em uma situação difícil e melindrosa. “O Ceará estava enfermo.” Segundo o *Cearense*, além dos problemas trazidos pela seca, Caio Prado lhe legou uma série de dificuldades.

No contexto nacional, um telegrama contendo reformas liberais começa a circular na imprensa do Império. No dia 15 de junho de 1889, foi publicado no *Cearense*, na coluna de mesmo nome, um telegrama circular “do nobre Sr. Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros, aos Presidentes de Provincias.” O jornal apresenta muita satisfação ao passar para sua coluna o telegrama contendo o programa liberal. Para o *Cearense*, isso era uma demonstração de amor pela pátria, publicar em suas páginas “a vontade nacional expressada por suas vozes mais autorizadas” (PROGRAMA...,1889: 01).

O referido telegrama foi enviado ao Imperador D. Pedro II em resposta ao telegrama no qual o Imperador encarrega o Sr. Visconde de Ouro Preto de organizar o ministério. Em resposta, o Sr. Visconde agradece a confiança que o Imperador deposita nele e expõe seu programa de reforma. Algumas das mudanças postas pelo Presidente do Conselho dos Ministérios eram também propostas por aqueles que almejavam instaurar o regime republicano no Brasil.

Alargar o direito ao voto, considerando como prova de renda legal o fato de o cidadão saber ler e escrever, era uma das metas da reforma. A base essencial dessa reforma seria a eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de província com

---

4. O Barão de Ibiapaba estava concorrendo à vaga de senador da província do Ceará.

base na lista organizada pelo voto do cidadão alistado, ou seja, os eleitos pelo povo votante. Segue abaixo um trecho do telegrama em que o Sr. Visconde expressa sua visão do contexto político no qual o país se encontrava.

Vossa magestade terá seguramente notado que em algumas províncias agita-se uma propaganda activa, cujos intuitos são a mudança da forma de governo. Essa propaganda é percussora de grandes males, porque tenta expor o paiz aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam ás suas condições e não podem fazer a sua felicidade [Apoiados geraes]. No meu humilde conceito, é mister não desprezar essa torrente de idéas falsas e imprudentes cumprindo enfraquecel as, inutilisal-as, não deixando que se avolumem. Os meios de conseguil-o não são os da violência ou repressão; consistem simplesmente na demonstração pratica de que o actual systema de governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão publica esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da patria sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos anos. [Apoiados geraes]. Chegaremos a este resultado, Senhor, não por meio da violencia, ou da compressão, mas empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem politica social e econômica, inspiradas na escola democrática; reformas que não devem ser adiadas para não se tornarem improficuas. O que hoje bastará amanhã talvez seja pouco. Portanto, conclui, a situação do paiz difine-se a meu ver, por uma frase — necessidade urgente e imprescindível de reformas liberaes (PROGRAMA..., 1889: 01).

Em meio à efervescência da propaganda republicana, a aparente crise do governo imperial e o desafio de organizar os ministérios, o Visconde de Ouro Preto apresenta seu programa liberal, no qual propõe uma adequação do (antigo) regime às aspirações dos novos tempos. Porém, as reformas só foram realizadas com a queda da Monarquia e a ascensão da República. Não houve tempo para colocar o programa em prática: a “reforma popular” chegou antes do esperado.

Na província do Ceará, em meados de 1889, entre os meses de junho e julho, tomava posse da administração do governo um novo presidente, o Sr. Conselheiro Henrique Francisco D’Avila, advogado e político brasileiro. Foi deputado provincial e geral, senador, presidente da província do Rio Grande do Sul e ministro da agricultura. Ele reunia em sua trajetória grandes cargos políticos.

Pelo que foi observado nas fontes, Henrique Francisco d’Avila foi bem acolhido por conservadores e liberais. Apesar de ser representante do partido liberal, os dois grandes grupos políticos cearenses reconheceram as qualidades do novo administrador da província, que teria grandes desafios a enfrentar, pois cabia a d’Avila a incumbência de administrar o Ceará no momento mais difícil da história do país. Na visão dos conservadores, a vasta experiência político-administrativa do novo presidente não seria suficiente para “ajudar” a província.

O jornal *Constituição*, ao tratar da nova administração, abordou também a situação nacional interpretada pelos conservadores. Para eles, o país estava agitado. As instituições monárquicas estavam abaladas. Segundo o jornal, o partido liberal estava colocando o país em risco para ascender ao poder.

Veio então a situação Ouro-Preto com o seu largo programma de grandes concessões. Amiga e companheira da Republica, appellou para as antigas relações em que viveram, prometendo, em vez de opressões e resistências, o alargamento do voto, a liberdade de cultos e uma certa vida ás

províncias.

[...]

Acharam demasiado seductor o alto da montanha, e de lá observando o terreno conquistado, disseram, por sua vez: si o despotismo, para viver, precisa de encurtar o diâmetro e de fazer concessões, então a monarchia fez sua epocha e cumpre á Republica tomar conta do paiz.

[...]

E pior talvez que a situação do paiz é a situação da província. Não conhecêssemos o enorme patriotismo do ilustre Sr. Conselheiro Henrique d'Avilla e não teríamos coragem de descrever-lhe, embora rapidamente, o estado em que nos achamos. S. Exc. conhece o Ceará, mas conhece-o pelo brilho de suas glorias e pela historia de suas grandes desgraças. E isto não é bastante (A NOVA..., 1889: 01).

Em uma fala oficial que abriu a 2ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de julho de 1889, Henrique d'Avila demonstrou muita preocupação com os problemas ocasionados pela seca. Focou sua fala naquilo que ele acreditava ser um grande passo para a regeneração do Ceará: a construção de estradas de ferro e reservatórios de água para irrigação. No período em que atuou como ministro da agricultura, em 1883, o Ceará foi a província que mais o preocupou.

Para pôr em prática o plano de regeneração da província, o presidente, ainda em seu discurso do dia 15 de julho, pediu para que houvesse uma trégua entre os partidos políticos cearenses, pois estes deveriam unir forças para salvar a província e deixar de se dilacerarem em guerrilhas políticas. Henrique d'Avila procurava o apoio e a colaboração dos partidos políticos e da Assembleia Provincial. Ao longo do período em que passou na administração do Ceará, supervisionou pessoalmente os serviços de socorros públicos.

As notícias oficiais do governo deixam de ser publicadas pelo jornal *Constituição* e passam a circular no jornal *Cearense*, que neste momento perde o caráter oposicionista e para de abordar as mazelas sociais da província. Com um liberal no poder, o *Cearense* tornou-se o jornal oficial do governo.

Para encerrar a inconstância da presidência da província do Ceará em 1889, Henrique d'Avila sai do cargo em outubro. Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim assume a administração do Ceará, sendo assim o último administrador monarquista da província. Militar, deputado e engenheiro, Moraes Jardim, assim como Henrique d'Avila, possuía um bom “currículo”.

## **O advento da República no Ceará**

Apesar de a imprensa cearense ter registrado sinais da ameaça republicana nos primeiros momentos de 1889, o jornal *Cearense*, no segundo semestre do ano da proclamação da República, se manteve à margem. Nos números do periódico que correspondem a esse período, não identificamos nenhum indício do movimento republicano, nenhuma indicação das articulações para a realização desse momento. Acreditamos que, apesar do movimento do partido republicano no Brasil, para os liberais, a República chegou de forma inesperada.

Quebrando os velhos moldes, a era nova necessita de elementos para fortificar-se.

A memoria não nos dá factos egual na historia dos povos; uma republica sahida da monarchia em

horas, sem abalos, sem lucta, parece ser factu virgem.

E sahio uma republica que rapidamente se impõe e é consagrada verdadeiro governo do povo e pelo povo (A NOVA ERA, 1889: 01).

Como podemos perceber no trecho acima, a instauração do novo regime realmente foi uma surpresa: “uma republica sahida da monarchia em horas”. Se para esses liberais a República saiu em horas, para os conservadores ela já vinha se desenhando com a ajuda dos próprios liberais. Com um ministério liberal no poder, o partido conservador se dava por vencido, por ser defensor da tradição monarquista e contrário às reformas liberais propostas por Ouro Preto. Para os conservadores, mais cedo ou mais tarde a república seria vitoriosa. Isso fica bem claro em um texto publicado no jornal conservador fluminense *E'd'A Nação*, transladado pelo jornal cearense *Pedro II* do dia 10 de outubro de 1889, também considerado órgão conservador.

Do programma do partido liberal á aspiração democrática há apenas a distancia entre a republica immediata e republica adiada; da republica proclamada para se organizar e da republica organizada para se proclamar; nada mais.

Consagradas as reformas prometidas:

1º De alargamento do voto, ou antes suffragio universal.

2º Temporariedade do Senado.

3º Liberdade dos cultos com todos os seus consecrários.

4º Autonomia do governo provincial.

Estaria consummada a revolução democratica, restando o throno vacilante e sem apoio (A REVELLAÇÃO, 1889: 01).

Analisando o advento da República no Ceará, buscamos perceber como os jornais utilizados na pesquisa transmitiram ao público leitor esse fato. Dos jornais pesquisados, não conseguimos localizar os números do *Pedro II* e da *Constituição* após a Proclamação da República. Assim, abordamos esse evento a partir da narrativa do jornal *Cearense*, que adaptou-se ao novo cenário e continuou circulando até o ano de 1891.

A notícia da instauração do novo regime chegou à província do Ceará ainda no dia 15 de novembro, por meio de um telegrama enviado para uma importante casa comercial da província. O chefe dessa casa não demorou a comunicar ao presidente Moraes Jardim o que havia acontecido. A fim de averiguar se a notícia era verdadeira, o presidente conferenciou com alguns chefes políticos e comandantes da força pública, mas não obteve resposta imediata. Após a meia-noite, chegaram alguns telegramas de Recife tratando da Proclamação da República.

Segundo os telegramas, o general Deodoro, à frente de dois batalhões, havia intimado o gabinete a demitir-se e ido até a Câmara Municipal para proclamar a república, em seguida assumindo o governo provisório e constituindo o novo ministério. Moraes Jardim, após tomar conhecimento do conteúdo dos telegramas, no final da manhã do dia 16 de novembro, reuniu no palácio<sup>5</sup> chefes políticos, comandantes das forças da terra e do mar, a oficialidade e comerciantes. Contou-lhes os acontecimentos e pediu-lhes ajuda para controlar a situação e manter a ordem na província. Manter a ordem era a sua principal preocupação.

5. Palácio da Luz, atualmente sede da Academia Cearense de Letras.



Momentos depois, no Passeio Público, o comandante do 11º Batalhão, Coronel Luiz Antonio Ferraz, foi aclamado “Governador do Estado Livre do Ceará”. O então governador dirigiu-se até o palácio, acompanhado da banda de música do 11º batalhão, a fim de depor o Coronel Moraes Jardim do cargo de presidente da província. Moraes Jardim, após fazer seu último pronunciamento, foi acolher-se na casa do Conselheiro Rodrigues Junior. Pelo que foi visto no jornal, não houve nenhuma resistência quanto a Proclamação da República no Ceará.

Sem obter muitas informações sobre o ocorrido no dia 15 de novembro no Rio de Janeiro, pois a comunicação telegráfica havia sido interrompida, os partidos políticos, o povo e o comércio almejavam notícias completas. No dia 17 do mesmo mês houve uma reunião na casa do Barão de Aquiraz, onde encontravam-se chefes dos partidos políticos da província. Durante a reunião, decidiram aguardar os próximos acontecimentos.

Através das fontes, pudemos perceber que no Ceará a notícia da proclamação da república foi recebida com surpresa e sem resistência. Assim como em âmbito nacional, o governo provisório do “Estado livre do Ceará” logo foi montado e o novo regime, instaurado. Não houve uma revolução, como alguns republicanos desejavam e acreditavam. Apesar disso, a República tampouco foi simples quartelada. Resultou “[...] de crises sobrepostas a que as instituições monárquicas foram incapazes de responder” (ALONSO, 2019: 141).

Este tópico não tem por objetivo uma problematização a respeito da Proclamação da República no Brasil. Apenas buscamos, de forma simples, apresentar como o advento da República foi abordado pela imprensa local, mais especificamente pelo jornal *Cearense*. Mesmo assim, consideramos de suma importância reforçar a ideia de que o “advento da República não pode ser reduzido à questão militar e à insurreição das unidades militares aquarteladas em São Cristóvão” (CARVALHO, 1990: 35).

Instaurada a República, distintos grupos políticos entraram na disputa pela construção e condução da nova ordem no Ceará. Por meio das práticas letradas, esses grupos travaram uma batalha pelo poder e, de acordo com a situação política na qual se encontravam, construíram a república ideal nas páginas de seus jornais.

A fim de compreender as subjetividades que marcavam os discursos publicados nos jornais *Libertador*, *Cearense* e *O Estado do Ceará*, a seguir apresentamos brevemente as agremiações que esses jornais representavam.

### **Agremiações políticas cearenses do início da República**

Segundo Montenegro (1980), as atividades republicanas começaram no Ceará em 21 de abril de 1870, em Aracati, com a fundação do Clube Republicano, presidido por Júlio Cesar da Fonseca Filho. Após a fundação do Clube Republicano em Aracati, outros clubes também foram fundados. Montenegro (1980) faz rápida menção às cidades de Saboeiro e Sobral, como cidades que possuíam agremiação republicana. Apesar da existência dessas organizações efêmeras, o movimento republicano no Ceará, assim como em todas as províncias do Norte na década de 1870, afora Pernambuco, era fraco.

Somente em 1889, ano da Proclamação da República, surge o Centro Republicano Cearense

(CRC), a primeira entidade fundada em Fortaleza em prol das causas republicanas. Esta entidade foi criada em 13 de junho de 1889, na data de aniversário de Antônio Sales, mas sua instalação solene foi realizada em 1º de julho do mesmo ano, com a aprovação da Lei Orgânica redigida por Amorim Figueira, Floriano Florambel, Cândido Mariano e Pinheiro Júnior (BÓIA, 1984: 68).

Essa agremiação teve como órgãos de imprensa o jornal *Libertador* e o periódico *A Pátria*. O primeiro surgiu no ano de 1881, inicialmente como órgão de imprensa da Sociedade Cearense Libertadora. Com a Proclamação da República no Brasil, passou a ser um dos jornais do Centro Republicano Cearense (CRC), publicando e apoiando as ações do governo provisório. *A Pátria*, periódico que surgiu em 28 de novembro de 1889, teve como redatores Martinho Rodrigues e Justiniano Serpa. Foi outro órgão que se proclamou adepto carbonário da República.<sup>6</sup>

No mesmo espaço social no qual o CRC estava inserido, havia mais duas importantes agremiações políticas, o Clube Democrático e a União Republicana, fundadas pelos “novos republicanos”,<sup>7</sup> que procuraram se inserir com rapidez na nova conjuntura, a fim de conquistar espaço na construção da República no Ceará.

O Clube Democrático foi fundado por Rodrigues Junior, líder de uma das facções liberais do Ceará, em fevereiro de 1890. Apesar de a fundação ter ocorrido em 1890, ainda em novembro de 1889, o *Cearense*, jornal da então facção liberal, já se declarava “órgão republicano” em seu número 261 do dia 22 de novembro, e logo no número seguinte se declarou “órgão democrático”, demonstrando agilidade em “adaptar-se” à nova ordem.

Militantes do antigo regimen, embora da escola mais adiantada, vinculados á martyres da liberdade pelo sangue e pelo patriotismo, não fomos dos primeiros a fazer profissão ao dom dos hymnos da victoria; mas não somos retardatários, nem recusamos adesão franca e cordeal ao inicio dos fastos nacionaes (A NOVA ERA, 1889: 01).

No trecho acima, a facção liberal, por meio do jornal *Cearense*, busca explicar a adesão repentina ao novo governo. Deixam claro que não foram os primeiros a aderirem à República, mas também não seriam tolos em ficar fora do sistema.

Outras facções políticas que não tardaram em se encaixar na nova conjuntura foram as lideradas por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, líderes das facções liberal e conservadora, respectivamente, durante a monarquia. Os dois grupos representados por esses líderes políticos, que se diziam divergentes na esfera política cearense, firmaram uma aliança e fundaram a União Republicana, em julho de 1890.

Está em via de formação um grande partido patriotico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionaes da antiga politica.

Os dous partidos que representavam os princípios antagônicos do constitucionalismo imperial, fundam [ilegível] organização permanente, acentuando assim, do modo mais claro, a extinção dos velhos antagonismos de escolas. (GAZETA DO NORTE, 1890: 01).

O excerto apresentado, retirado do último número da *Gazeta do Norte*, anuncia a formação

6.Neste trabalho, não analisamos o periódico *A Pátria*.

7.Como também ficaram conhecidos aqueles que aderiram à República apenas após sua proclamação.

de “um grande partido patriótico”, no caso, a União Republicana. Chama-nos a atenção, nesse trecho, a afirmação a respeito da “extinção dos velhos antagonismos de escolas”, pois traz à tona uma discussão a respeito das alianças políticas no Ceará que antecede o recorte temporal da nossa pesquisa, que consideramos essencial para entender a relevância dessa união em torno da República em construção. Contudo, pelo limitado espaço deste artigo, não nos cabe entrar nessa discussão.

Para concluir a apresentação da União Republicana, é imprescindível falarmos do seu órgão de imprensa, o *Estado do Ceará*. Esse jornal surgiu a partir da fusão dos jornais *Brazil: ordem e progresso*, outrora *Pedro II*, e *Gazeta do Norte*. Por meio deste, os antigos chefes políticos criticavam as medidas autoritárias do governo provisório.

Apresentadas as agremiações, seguimos para alguns trechos de publicações feitas em seus jornais a respeito da construção da República no Ceará. Para tanto, é importante ressaltarmos: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2014: 9-10).

### **A construção da república na imprensa cearense**

Neste tópico, buscamos destacar nos jornais pertencentes às agremiações apresentadas elementos que buscassem caracterizar a República de acordo com as subjetividades desses grupos. A partir dessas subjetividades, evidenciamos principalmente os aspectos informais, costumes, desejos que, de uma forma ou de outra, terminariam por se materializar nesse processo de construção da República brasileira. Vale ressaltar que, ainda na atualidade, esta encontra-se em constante construção, uma vez entendido que a república nasce “como uma proposta de organização ideal da sociedade — com viés primeiramente político, mas também social, econômico e cultural” (SANTOS, 2021).

A nossa discussão a respeito da construção da república na imprensa está ambientada no período que Lessa (2015) denomina como “anos entrópicos”: período que corresponde ao início da República e antecede a chamada República oligárquica, período de dilatada incerteza política. Essa instabilidade política observada em âmbito nacional também se refletia nas ex-províncias. Considerando tal contexto, ao analisar os discursos dos jornais pesquisados, também conseguimos perceber as disputas políticas que, em escala regional, caracterizaram esse período de instabilidade.

Mantendo a mesma ordem das agremiações apresentadas no tópico anterior, abordamos primeiramente o jornal *Libertador*, que logo após a Proclamação da República iniciou suas publicações sobre o novo regime. Abaixo, temos um excerto de uma publicação que tratava do novo regime, do governo provisório e de como este era representado.

Concidadãos: O Governo provisório, simples agente temporario da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem. No uso das atribuições e faculdades extraordinárias, de que seja investido para a defesa da integridade da pátria e da ordem publica, o Governo Provisorio, por todos os meios ao seu alcance, promete garantir a todos os habitantes do Brazil, nacionaes e estrangeiros, a segurança de vida e de propriedade, o respeito aos direitos individuaes e políticos,

salvos, quando a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do Governo proclamado pelo povo, pelo exercito e pela armada nacional (REPUBLICA... ,1889: 02).

O texto apresenta os compromissos do governo provisório do regime republicano para com todos os habitantes do Brasil, sem exceções. Já inicia a construção de uma república que garante os direitos individuais e políticos, mas deixa uma brecha para quebrar seus compromissos com os brasileiros caso a pátria corra perigo. O governo provisório é representado nesse trecho como “o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem”. É atribuído o perfil de um sistema que se preocupa com o bem-estar do seu povo.

Em outra publicação, os membros do Centro Republicano Cearense e agentes do Governo Provisório tecem críticas sutis aos antigos chefes dos partidos políticos da província, ao mesmo tempo em que reafirmam o que é a República, posto que a representavam.

“A Republica é o governo do povo; só o povo é soberano para dizer quem deve dirigir o Estado, quem tem capacidade para ser chefe.”

E’ realmente este o ideal proclamado pelos republicanos, e constantemente ridicularizado e repellido outrora pelo novo democrata.

Mas durante a phase transitória de gestação de uma constituição definitiva foi preciso que alguém tivesse desprendimento e coragem bastante para, julgando-se interprete das necessidades sociaes, eliminar um governo retrógado e proclamar o advento de um governo livre (O QUE LHES APRAZ, 1889: 02).

O discurso ironiza o interesse repentino dos antigos chefes políticos pelas causas republicanas, fazendo referência a estes como o “novo democrata”, e representa a República como o governo do povo, um governo livre, que se preocupa com as necessidades sociais. A partir das análises dos números do *Libertador*, observamos que o CRC ia construindo pouco a pouco a nova forma de governo nas páginas do seu jornal, atribuindo a ela um caráter moralizador e uma noção de pureza. A agremiação, que se denominava regeneradora da sociedade cearense, ao iniciar a construção do novo regime através da representação de república, almejava fazer a população “ver e crer” na nova ordem antes mesmo desta se concretizar como tal.

Com a transição da Monarquia à República, o país deveria passar por uma série de mudanças, a fim de se adequar ao novo regime. Essas mudanças iniciaram pelos decretos e leis, além, claro, das representações, que logo tomaram conta da imprensa. Uma nova instituição deveria ter seu processo de construção iniciado. Dessa forma, também buscamos perceber como as novas regras (principalmente a elaboração do projeto da primeira constituição do Brasil República) eram abordadas pelos jornais que pesquisamos.

O Projeto de Constituição da República brasileira foi publicado no jornal *Libertador* com o objetivo de ser apresentado à população. Percebemos que não houve nenhum comentário do jornal a respeito do projeto: apenas reproduziram os artigos em seus números. Vários decretos também estiveram presentes nas páginas do jornal. Decretos tratando do alistamento eleitoral e da separação entre Estado e Igreja são exemplos do que conseguimos identificar. Notícias sobre o Governo Federal, o expediente do Governo provisório do Ceará, as portarias e editais tomavam conta do *Libertador*, uma vez que este cumpria o papel de veículo de comunicação

oficial do governo provisório do Ceará.

E já que estamos falando sobre as formalidades da República, vamos agora perceber como o Clube Democrático, por meio do jornal *Cearense*, abordou o projeto de Constituição, leis e decretos que foram publicados no *Libertador*. Aqui apresentamos apenas parte dessa análise.

No jornal *Cearense*, em alguns números do ano de 1890, algo que nos chamou bastante atenção foi a presença da *Constituição Suíça* na primeira página do jornal, algumas vezes chegando até a segunda, durante 4 (quatro) números seguidos. Segundo o *Cearense*, eles estavam publicando aquilo que encontravam de mais oportuno e útil sobre a nova forma de governo, com o objetivo de levar a todos os leitores conhecimentos sérios e completos sobre república. Por esse motivo, apresentava aos seus leitores a revisão da *Constituição Suíça*, “o typo da fórmula republicana”. Para o Clube Democrático, a instrução deveria ser a primeira preocupação dos que governam, com o objetivo de fazer com que o povo compreendesse seus novos deveres, direitos e responsabilidades. “Instruir é construir, disse o mestre imortal” (RECONSTRUÇÃO, 1889: 01).

O que podemos perceber a partir dessa ação do jornal do Clube Democrático? Qual era o objetivo dessa agremiação ao compartilhar informações e exemplos da nova forma de governo? Os números que abordavam essa constituição foram publicados no início de janeiro de 1890. É de suma importância destacar que, nesse período, o projeto de Constituição da República brasileira estava em elaboração para ser apresentado ao Congresso Nacional Constituinte. Fazendo essas considerações, acreditamos que, com isso, o Clube Democrático buscava mostrar que estava disposto a contribuir com a construção da nova forma de governo. Estava se preparando para isso, de olho nas eleições para a Constituinte.

Cedendo espaço à Igreja Católica, o *Cearense* publica na primeira página uma fala do Bispo Diocesano, D. Joaquim José Vieira, sobre a Constituição brasileira e as eleições para a constituinte, pedindo que os eleitores exigissem dos candidatos à Constituinte uma posição que salvaguardasse “os interesses espirituais nosso e da sociedade brasileira” (OPINIÃO...,1890: 01).

Caríssimos diocesanos, a Igreja Catholica, á que nos gloriamos de pertencer, não faz questão de fórmula de Governo: monarchia, aistocracia, democracia pura, e até mesmo a estratocracia... todas estas fórmulas de governo podem ser boas ou más, consoante os principios, á fé, a moralidade e o patriotismo dos que governam (OPINIÃO...,1890: 01).

O discurso do qual retiramos esse trecho não foi produzido pelo redator do jornal ou por algum membro do Clube Democrático, mas representa a opinião desses sujeitos que discordaram do decreto que estabelecia a separação entre Igreja e Estado, extinguindo o sistema de padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas. Acima, no discurso do bispo diocesano, depreende-se que, para a Igreja Católica, qualquer forma de governo que seguisse os princípios, a fé e a moralidade do catolicismo, e, principalmente, auxiliasse financeiramente a Igreja, seria de bom grado.

Para concluir este breve momento com o jornal *Cearense*, selecionamos dois últimos fragmentos, um do número 269 e outro do número 274, do ano de 1889. Acreditamos que esses fragmentos trazem um pouco daquilo que o Clube Democrático almejava como República, fazendo uma construção desta em seu jornal.

A partir do entendimento de que a Constituição determinaria os rumos do país, em quase todos os números do *Cearense* a discussão sobre a elaboração do projeto da Constituição e as eleições para a Constituinte estavam presentes.

Entendemos que ao legislador da *constituente* [...], importa, baseando-se na Constituição dos Estados Unidos da América, na Suíça e na França e tendo em vista a índole do povo brasileiro, ter muito em conta os sentimentos e costumes populares [...] (PARA O POVO, 1889: 01).

O trecho sugere que a Constituição da República brasileira tome como base as constituições de outros países em que essa forma de governo vinha dando certo. Duas coisas deveriam ser fundamentais na construção da nova ordem: os sentimentos e costumes populares. Mas por que os sentimentos e costumes populares eram tão importantes para a construção da República? O que esses sujeitos objetivavam com esse discurso?

Segundo Montenegro (1980), no Ceará não houve uma intensificação do movimento republicano. No período que corresponde à intensificação da crise do Segundo Reinado, a monarquia ainda era a forma de governo mais desejada dos cearenses. As massas continuaram monarquistas até o fim do Império, parte delas até depois do fim. A vontade do povo não foi superior, o Império não podia se sustentar “sobre o povo, na faixa da população sem poder econômico, sem altos empregos e sem chefias partidárias” (FAORO, 1977: 488). Ou seja, as massas não tinham nenhuma força política.

Seguindo essa lógica, a população cearense, mais especificamente os eleitores, tenderiam a confiar nos políticos já conhecidos por eles, no caso, os antigos monarquistas. É aí onde entra essa valorização dos sentimentos populares.

O último fragmento trata de forma mais direta da escolha dos representantes para a Constituinte de 1891. O jornal, de fato, apelou para os sentimentos dos eleitores.

Fazer a república digna de um povo livre, legitimo governo do povo pelo povo, é, e não pode deixar de ser, aspiração nacional.

Para isso faz-se necessario que todos os bons cidadãos se unão para escolher quem os deve representar: escolher homens feitos, conhecidos por sua prudencia, firmesa de caracter, ideias sans e principios moderados.

[...]

Não é um mandato commum que possa ser confiado á quem nunca se exhibio ; não trata-se de fazer experiencias e sim de saber-se quem merece ser eleito, quem pode garantir aos eleitores a segurança dos seus direitos e a sua defeza ; quem tem garantias a dar e sobretudo caracter inquebrantavel para o eleitor poder dizer com tranquilidade; -- este é um homem moderado e serio, não se deixa arrastar por enthusiasmos de momento e não quer mostrar-se *adiantado* de mais.

[...]

“A victoria pertencerá sempre aos moderados, pois nada é mais forte do que a moderação” (DOUTRINEMOS, 1889: 01).

Para a construção de uma República digna de um povo livre, os cidadãos deveriam unir-se e escolher bem seus representantes, homens cujas qualidades são elencadas no discurso abordado: homens feitos, conhecidos por sua prudência, firmeza de caráter, ideias sãs e princípios

moderados. Ou seja, homens que já possuíam bastante experiência na carreira política.

O momento inicial da nova forma de governo deveria ser conduzido com muita cautela, moderação, sem entusiasmos de momento. Não cabia, no momento, confiar a formação da base da estrutura republicana àqueles que acabavam de entrar em cena, que almejavam uma República pura, centralizadora e positivista. Por fim, após analisar alguns números do *Cearense*, percebemos que a República desejada, pensada, construída nas páginas desse jornal assumia um caráter moderador, de respeito aos costumes populares, sem muitas mudanças institucionais.

Agora, tentando ter mais objetividade, nos encaminhamos para o último jornal, o *Estado do Ceará*, pertencente à União Republicana, agremiação que surgiu a partir da aliança entre Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz. Essa agremiação, por meio do *Estado do Ceará*, também fazia várias críticas ao governo provisório e buscava conquistar um espaço no processo de formação da República.

Como já vimos no início deste tópico, o Centro Republicano Cearense tomou para si a missão de regenerar a sociedade cearense, seus membros defendiam a ideia de que somente os “verdadeiros republicanos” poderiam conduzir o novo regime, objetivando assim a construção de República pura, sem influência das antigas práticas. A fim de rebater a ideia de república pura, a União Republicana fez inúmeras publicações em seu jornal, buscando mostrar que nem tudo que remetia à monarquia deveria ser considerado ruim ou sem serventia para a nova ordem.

[...] são puros sonhadores os que pretendem de momento consolidar, a todo transe, a nova ordem de cousas, inaugurada a 15 de novembro, por movimento brusco, e sem conveniente preparo do país para entrar em diferente regimen de governo: [...] A monarchia deixou-nos o que conservar, e o que, reformar. Façamos isto disprendidos de paixões, de ganancia pelo poder, e tendo em mira somente o interesse da collectividade, e do futuro do Brasil, sem açolamentos e sem violências; sem obstinação e sem leviandades. Podem conservar-se as partes uteis da velha instituição, e estabelecer a harmonia entre o que se reforma, e o que se mantiver (O ESTADO... 1890: 02).

A fim de se encaixar nessa nova ordem, a União Republicana garante que a monarquia deixou, sim, o que se conservar. As partes úteis da monarquia poderiam ser mantidas e dever-se-ia estabelecer harmonia entre o que se mantém e o que se renova. É perceptível que a publicação está se referindo aos antigos chefes como algo que deveria ser mantido no novo regime.

Sendo a república uma forma de governo que faz aversão às tiranias e tem como objetivo realizar uma boa gestão da coisa pública, visando ao interesse comum — pelo menos na teoria é isso que a república se dispõe a ser, apesar dos vários significados que foram atribuídos à expressão “república” ao longo do tempo (STARLING, 2018) —, a União Republicana usou isso a seu favor, quando, ainda na publicação, disse: “Façamos isto disprendidos de paixões, de ganancia pelo poder, e tendo em mira somente o interesse da collectividade [...]”.

Tendo em vista que os sujeitos que faziam parte do Clube Democrático e da União Republicana tinham discursos bem parecidos sobre a república, por serem considerados descendentes da monarquia, faremos nossa última citação de fonte e nos encaminharemos para o final do artigo. O fragmento a seguir trata, ainda, dos republicanos sonhadores, que acreditavam que mudar costumes era uma tarefa fácil.

Não é, pois, para surpreender que, num paiz novo, não educado ainda para essas grandes agitações políticas, domine a ilusão tantas vezes condenada pela história. Espiritos sonhadores, apaixonados por um ideal de regeneração fantástico [...]. Como si transformar costumes, reverter as condições psicologicas de uma sociedade fosse empresa tão fácil quanto mudar as placas das ruas e o desenhos das bandeiras. [...] Quantos anos, podemos ter esperança no patriotismo entusiasta dos novos; mas é segura a nossa confiança na virtude experimentadas dos velhos (ABSTENÇÕES, 1890: 02).

O que nos chama bastante atenção no discurso acima é a crítica que eles fizeram à postura autoritária da República, quando esta tentava transformar os costumes de uma sociedade. Segundo Cardoso, a República era “feroz em combater as manifestações populares por lembrar o período monárquico [...]” (CARDOSO, 2006: 45).

Para os antigos monarquistas, esse processo de transição de regimes não era algo tão fácil e rápido. Os costumes não podiam ser mudados da noite para o dia. Uma das primeiras atitudes do governo republicano, criticada pela União Republicana e pela Igreja Católica, foi a laicização do país. A União Republicana, em seu programa de fundação, assumiu o compromisso de zelar pelas tradições religiosas, no caso, a tradição católica.

A partir da leitura e análise de alguns números do *Estado do Ceará*, observamos que a república era construída em suas páginas com base nos costumes, tradição política advinda da monarquia e valorização das tradições religiosas. Para os sujeitos que faziam parte dessa agremiação política, a nova forma de governo deveria ser instaurada sem movimentos bruscos, seguindo o curso natural das coisas. Após essa breve abordagem sobre a construção da República brasileira em parte da imprensa cearense, encaminhamos as considerações finais.

### **Considerações finais**

O ano de 1889 na província do Ceará foi marcado por mazelas ocasionadas pela seca de 1888. Além dos problemas resultantes da seca, evidenciamos também a instabilidade administrativa pela qual a província passou: em menos de um ano teve quatro presidentes. Nesse contexto de mazelas e instabilidade, o Ceará, com um pequeno número de defensores das ideias republicanas, recebeu a notícia da Proclamação da República sem nenhuma resistência, apenas com muitas incertezas.

Proclamada a República e com a necessidade de construção da nova ordem em âmbito nacional e local, um grupo de intelectuais que se congregavam em uma agremiação política de caráter republicano — fundada meses antes do evento de 15 de novembro, o Centro Republicano Cearense — tomou para si a missão de regenerar a sociedade cearense e construir esse novo regime no Ceará. Essa agremiação objetivava a construção de uma República pura.

Em contrapartida, nesse mesmo cenário político, havia outras agremiações políticas que almejavam se inserir nessa nova ordem e participar da sua construção. Dentre essas outras agremiações existentes, destacamos o Clube Democrático e a União Republicana. As duas reuniam antigos chefes dos extintos partidos monárquicos, faziam críticas ao governo provisório republicano e denunciavam a farsa que era a República em seus primeiros momentos.



Concluimos que as agremiações pesquisadas buscavam construir a República em seus jornais de acordo com os seus interesses e posição política. O Centro Republicano Cearense representava a República como o regime do povo, regime da ordem, moralizador, libertador, transformador e puro. Já o Clube Democrático e a União Republicana, em seus jornais, desejavam uma República moderada, que contasse com a participação dos políticos experientes para representar os interesses da população, homens de tradição política. As bases da nova instituição deveriam ser construídas levando em consideração os sentimentos e costumes populares, bem como as tradições religiosas.

## Referências

- ABSTENÇÕES. *O Estado do Ceará*, Fortaleza, 28 de julho de 1890, n. 7.
- ALONSO, Angela. Instauração da República no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (org.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- A NOVA administração. *Constituição*, Fortaleza, 10 de julho de 1889, n. 131.
- A NOVA era. *Cearense*, Fortaleza, 22 de novembro de 1889, n. 261.
- A REVELLAÇÃO. *Pedro II*, Fortaleza, 10 de outubro de 1889, n. 29.
- BÓIA, Wilson. *Antônio Sales e sua Época*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1984.
- CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses*. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904). – São Paulo: Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da PUC/ SP, 2000
- \_\_\_\_\_. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Práticas Letradas e a Construção do Mito Civilizador em Fortaleza. “Luzes”, Seca e Abolicionismo em Fortaleza (1860-1930)*. Fortaleza: EDUECE/ Museu do Ceará, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural, entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel; 1990.
- CORRESPONDENCIA. *Cearense*, Fortaleza, 11 de janeiro de 1889, n. 09.
- DOUtrinemos. *Cearense*, Fortaleza, 7 de dezembro de 1889, n. 274.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª edição. Porto Alegre: Globo, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio*. - - 24. ed. - - São Paulo : Edições Loyola, 2014.
- GAZETA do Norte. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 15 de julho de 1890, n. 15.
- MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). *Culturas políticas na história: Novos Estudos*. 2ª edição. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- O ESTADO. *O Estado do Ceará*, Fortaleza, 26 de julho de 1890, n. 6.

O QUE LHES apraz... *Libertador*, Fortaleza, 14 de dezembro de 1889, n. 287.  
OPINIÃO publica. *Cearense*, Fortaleza, 09 de março de 1890, n. 55.  
PARA o povo. *Cearense*, Fortaleza, 1º de dezembro de 1889, n. 269.  
PINSKY, Carla B (org.). *Fontes históricas*. 3. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2014.  
PROGRAMA liberal. *Cearense*, Fortaleza, 15 de junho de 1889. *Cearense*, n. 134.  
RECONSTRUÇÃO. *Cearense*, Fortaleza, 28 de novembro de 1889, n. 266.  
REPUBLICA brasileira. *Libertador*, Fortaleza, 19 de novembro de 1889, n. 265.  
SANTOS, Rafael Cascardo Cardoso dos. A tradição republicana e seu potencial emancipatório. *Conteúdo Jurídico*, 19 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57291/a-tradio-republicana-e-seu-potencial-emancipatrio>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2021.  
STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

*Artigo submetido em: 17/10/2021*  
*Aprovado em: 11/12/2021*